



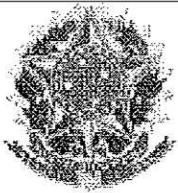
MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

5ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

04 de novembro de 2004

**BRASÍLIA-DF
2004**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -
SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO
DA IGUALDADE RACIAL - CNPIR

ABERTURA - Aos quatro e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, no auditório do Hotel Manhattam Plaza, na cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se, em caráter ordinário, os seguintes representantes do governo federal e das entidades da sociedade civil que compõem o CNPIR: **Andréia Michele** - Ministério da Ciência e Tecnologia; **Ubiratan Castro de Araújo** - Ministério da Cultura/Fundação Palmares; **Adriana Andrade Miranda** - Ministério da Educação; **Bruno Cobuccio** - Ministério da Integração Nacional; **Valcler Rangel Fernandes** - Ministério da Saúde; **Kelma Cruz**, Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Lylia da Silva Guedes Galleti** – Ministério do Meio Ambiente; **José A. Feres Medina** - Ministério do Meio Ambiente; **Meyre France F. Leão** - Ministério dos Esportes; **Fábria Oliveira Martins de Souza** - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; **Eunice L. Moraes** - Ministério do Trabalho e Emprego; **Ivair Alves dos Santos** - Secretaria Especial dos Direitos Humanos; **Regina Adami** - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; **Celso Lourenço Correa** - Casa Civil da Presidência da República; **Ivanildo Françosi** - Casa Civil da Presidência da República; **João Carlos Pio de Souza** - APNS – Agentes de Pastorais Negros; **Lúcia Xavier** – Articulação Nacional de Mulheres Negras; **Elaine de Oliveira Soares** - Articulação Nacional de Mulheres Negras; **Mônica Oliveira** - ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais; **Nelson Inocêncio** - ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – suplente; **Ronald Siqueira Barbosa** - ABERT – Associação Brasileira de Rádio e Televisão; **João Bosco Borba** - ANCEABRA – Associação Nacional de Empresários Empreendedores Afro-Brasileiros; **Carlos Alves Moura** - CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Pe. **Jurandyr A. Araújo** - CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, suplente; **Cláudio Domingos Iovanovitchi** - APRECI – Associação Nacional de Preservação da Cultura Cigana; **Eduardo Ferreira de Oliveira** – CNAB – Congresso Nacional Afro-Brasileiro; **Ernesto Luiz Pereira Filho** - CNAB – Congresso Nacional Afro-Brasileiro, suplente; **Emir Saleh Mourad** - COPAL – Confederação Árabe Palestino Brasileira; **Paulomary Acácio dos Santos** - CONAQ – Coordenação Nacional de

32 Quilombos, suplente; **Jack Leon Terpins** - CONIB – Confederação Israelita Brasileira;
 33 **Flávio Jorge Rodrigues da Silva** – CONEN – Coordenação Nacional de Entidades
 34 Negras; **Cleide Hilda de Lima Souza** - CONEN – Coordenação Nacional de Entidades
 35 Negras, suplente; **Creuza Maria Oliveira** - FENATRAD – Federação Nacional dos
 36 Trabalhadores Domésticos; **Anna Simeão de Lima** - FENATRAD – Federação Nacional
 37 dos Trabalhadores Domésticos, suplente; **Rosa Maria Anacleto de França** - Fórum
 38 Nacional de Mulheres Negras; **Deise Benedito** - Fórum Nacional de Mulheres Negras,
 39 suplente; **Maria Cristina Nascimento** - Instituto Ethos de Responsabilidade Social;
 40 **Everaldo Conceição Duarte** – INTECAB – Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro
 41 Brasileira; **Vera Soares** - INTECAB – Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro
 42 Brasileira, suplente; **Neide Aparecida Fonseca** - INSPIR – Instituto Sindical Interamericano
 43 pela Igualdade Racial; **Maria Olívia Santa** - UNEGRO – União de Negros pela Igualdade;
 44 **Edson Luiz França** - UNEGRO – União de Negros pela Igualdade, suplente; **Azelene**
 45 **Inácio Kaingáng** – WARÃ – Instituto Indígena Brasileiro; **Escrawem Sompre**, COIAB,
 46 suplente; **Kabengele Munanga** – Notório Saber; **Leci Brandão** – Notório Saber; e **Oliveira**
 47 **Silveira** – Notório Saber. Além disso, participaram da reunião, os seguintes integrantes da
 48 SEPPIR: **Douglas Martins de Souza**, Secretário-Adjunto; **João Carlos Nogueira**,
 49 Subsecretário; **Marcos Antonio Cardoso**, Secretário-Executivo; **Eronildes Pinheiro**
 50 **Rocha**, Assessoria Técnica e **Márcia de Paula Mateus**, Assessoria Técnica. A Ministra da
 51 SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, presidente do CNPIR, procedeu à abertura dos trabalhos e, de
 52 início, apresentou a pauta da reunião: Item 1- Apresentação do Projeto “A Cor da Cultura”;
 53 Item 2 - Conferência Nacional; Item 3 - Apresentação da proposta de criação da Comissão
 54 permanente de Comunidades Tradicionais e do Grupo Temático de Populações
 55 Quilombolas; Item 4 - Agenda de Trabalho da SEPPIR e do CNPIR para 2005; Item 5 -
 56 Informes; e Item 6 - Projeto “Campanha pela Diversidade”. Não havendo destaques à
 57 pauta, foi iniciada a discussão do primeiro ponto. **ITEM 1 - APRESENTAÇÃO DO**
 58 **PROJETO “A COR DA CULTURA”** - De acordo com a Ministra da SEPPIR, **Matilde**
 59 **Ribeiro**, a intenção era apresentar maiores informações sobre o Projeto “A cor da cultura” e
 60 ouvir os envolvidos com a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em especial,
 61 no que se refere à implementação da Lei nº 10.639. Participaram da apresentação os
 62 coordenadores parceiros do Projeto: Canal Futura; Fundação Roberto Marinho; Petrobrás;
 63 Centro de Documentação e Informação do Artista Negro (CIDAN). Conforme **Ana Paula**
 64 **Brandão**, do Canal Futura, o projeto foi idealizado pelo ator **Antônio Pompeu**, a partir do
 65 livro “Quem é quem na negritude brasileira”, do Professor **Eduardo de Oliveira**, integrante

66 do CNPIR, representando o Congresso Nacional Afro Brasileiro (CNAB). Explicou que o
67 ator **Antônio Pompeu** reuniu-se com o Sr. **Pilar**, diretor da TV Globo e **Wania Santana**,
68 socióloga, vislumbrando as ações afirmativas. Disse que o projeto foi apresentado à Rede
69 Globo que levou ao Canal Futura, o qual comprou a idéia. Explicou que o objetivo principal
70 do projeto era potencializar a implementação da Lei nº 10.639, compreendendo o áudio-
71 visual como forma de mudança social e instrumento educativo de intervenção social.
72 Informou que, além dos programas audiovisuais, haveria um processo de monitoramento,
73 no sentido de avaliar o impacto do projeto ao longo do tempo. Expôs que seriam feitos 56
74 programas especiais para TV, tendo como temas: **1) Ações Sociais Afirmativas das ONGs;**
75 **2) Livros animados – Leituras; 3) Nota 10; 4) Heróis de todo Mundo; e 5) Mojuba**
76 **(Religiosidade).** A propósito da produção e exibição da programação, explicou que seriam
77 cinco temas, atingindo diferentes tipos e classes de espectadores: **1) Ação:** quatro
78 episódios a partir de março de 2005, destacando ações sociais que deram certo - ações
79 sociais afirmativas desenvolvidas por ONGs em todo país, transmitido pela Rede Globo e
80 apresentado por **Serginho Groisman;** **2) Livros animados:** dez episódios, incentivando a
81 leitura entre crianças, com destaque para escritores, temáticas e artistas negros. Já foram
82 produzidas três séries em parceria com a Fundação do Livro Infante-Juvenil; **3) Nota 10:**
83 cinco episódios cujo foco é metodologia de ensino e formação de educadores; **4) Heróis de**
84 **todo mundo:** trinta interprogramas inéditos, mini-documentários sobre homens e mulheres
85 de destaque no Brasil em diferentes áreas de conhecimento; e **5) Mojuba:** sete
86 documentários, com foco na religiosidade, sobre os temas orixás e sua relação na presença
87 da vida brasileira. Disse que seriam distribuídos dois mil *Kits* educativos para as escolas
88 públicas e disponibilizados 56 Programas de TV, além de materiais impressos, jogos
89 educativos, produtos culturais da cultura negra e CD musical. Também destacou que
90 seriam realizadas oficinas regionais presenciais para educadores. Pontuou que o Programa
91 seria implantado inicialmente nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais,
92 Bahia e Pará e estava sendo discutida a implantação em Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio
93 de Janeiro ou Maranhão. Concluída a apresentação, foi aberta a palavra para
94 considerações do Plenário. Conselheiro **Flávio Jorge** propôs que o projeto “A Cor da
95 Cultura” não enfatizasse tanto as ações desenvolvidas pelas ONGs e dos indivíduos, mas
96 privilegiasse a construção histórica, destacando o movimento social negro e a história da
97 sua luta no Brasil. Também solicitou esclarecimentos a SEPPIR sobre a relação do Projeto
98 com o MEC. Conselheira **Neide Fonseca** salientou a necessidade de ampliar o leque de
99 implantação do projeto e o número de educadores a serem capacitados. Também sugeriu

que os sindicatos do campo da educação, a TV CUT e a APEOESP fossem envolvidos no processo de implantação do projeto. Por fim, questionou os critérios adotados para a escolha dos Estados alvos. Conselheiro **Oliveira Silveira** alertou para o uso da expressão afro-descendente para designar o negro ou o afro-brasileiro. Propôs a inclusão de negros na equipe de trabalho e indicou como temática do Projeto o tratamento da questão da família negra, com destaque para as famílias miscigenadas em função do processo de branqueamento da sociedade brasileira. Também sugeriu a utilização do livro do Professor **Eduardo de Oliveira** e de outros intelectuais, escritores, poetas e artistas como **Emanoel Araújo**, autor de "A mão afro-brasileira" e do historiador **Joel Rufino dos Santos**. Conselheiro **João Carlos** manifestou preocupação com os conteúdos que seriam veiculados pelo projeto. Além disso, propôs que o foco do projeto fosse a História da África e, como exemplo, citou o Programa Mojubá, que trataria da religiosidade afro-brasileira. A propósito, sugeriu a inclusão da tradição dos Congados - forte expressão cultural e religiosa afro-brasileira, especialmente em Minas Gerais. Conselheira **Olivia Santana** denunciou o racismo do sistema das Tvs Abertas no Brasil e destacou a necessidade de desconstruir a imagem definida para o negro na história brasileira. Também sugeriu que no início do ano letivo de 2005 houvesse uma teleconferência, um bloco voltado para formação dos educadores e diálogo com a legislação anti-racista brasileira. Conselheira **Elaine Soares** expôs que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) possuía acúmulo para poder contribuir na elaboração e implantação do projeto. Além disso, registrou preocupação com a metodologia dos programas veiculados pela TV que se preocupavam apenas com a linha de esporte e música. Também ressaltou as especificidades que envolviam os adolescentes e sugeriu que o projeto tratasse de temas como sexualidade, inclusive, doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS. Por fim, perguntou o porquê de terem sido escolhidos apenas cinco estados para a implantação do projeto. Conselheira **Leci Brandão** destacou a necessidade de trabalhar com os diretores de novelas a fim de que tivessem sensibilidade para tratar de questões delicadas como sexualidade. Conselheiro **Eduardo de Oliveira** declarou que nunca imaginara que o livro "Quem é quem na negritude brasileira", organizado por ele, seria utilizado para o Projeto "A cor da cultura". Além disso, sugeriu que fosse cobrada taxa especial para distribuição de livros. Conselheira **Deise Benedito** perguntou quanto tempo os programas ficariam no ar e salientou a necessidade de avaliar o seu impacto nas comunidades. Conselheira **Lylia da Silva Galleti** disse que o projeto deveria enfocar a diversidade do conjunto dos segmentos, inclusive a história dos quilombos. Em resposta ao questionamento

do Plenário, a mesa informou que foram considerados como critérios para a escolha dos Estados para implantação do projeto: locais com governos mais sensíveis (antes da eleição do segundo turno); concentração de população negra; necessidade de contemplar todas as regiões brasileiras e favorecer as redes instaladas, em especial do Canal Futura. A Ministra da SEPPIR, **Ministra Matilde Ribeiro**, destacou que o projeto era resultado de ação institucional e, nessa linha, disse que seria apresentado ao MEC, dada a necessidade de contemplar a diversidade étnico-racial e cultural do país. O representante do Canal Futura informou que o "Canal Futura" não pertencia à Rede Globo e fora criado há sete anos com o intuito de ser um canal educativo, a partir de demandas locais. Além disso, destacou que o Canal possuía rede de audiência dirigida, acompanhando quarenta educadores, onze mil instituições e capacitação em uso de imagem para 380 mil educadores. No Estado da Bahia, disse que o Canal trabalhava com cinco grupos como o Ilê Aiyê (Escola Mãe Hilda). Ressaltou que era necessário questionar o domínio da objetividade e tratar do tema no âmbito da subjetividade, buscando caminhos que motivassem e mobilizassem o espectador. Além disso, expôs que realizava formação continuada de equipes, por meio da leitura e interação, principalmente para compartilhar e garantir o compromisso ético na criação de produtos que fossem capazes de apoiar estratégias de implementação nas escolas – TV Escola, Tvs comunitárias. Sobre o trabalho com os educadores de duas mil escolas, enfatizou que o foco principal era a escola pública e o plano de trabalho deveria ser reinventado, seguindo estes critérios: implementação da rede em parcerias locais; consulta aos grupos que serão convidados; produtos de alta qualidade; e saber muito. O representante da Petrobrás informou que a seleção pública de projetos sociais escolheria dois projetos de quilombos e onze comunidades. Feitos esses esclarecimentos, a discussão do tema foi encerrada. Prosseguindo, foi iniciada a discussão do item 2 da pauta.

ITEM 2 - CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – O

Subsecretário da SEPPIR, **João Carlos Nogueira**, assumiu a coordenação dos trabalhos para apresentar informe sobre o processo de preparação da Conferência. Disse que, até aquele momento, haviam sido definidos os seguintes encaminhamentos: **1)** a SEPPIR, responsável pela organização da Conferência, estava estabelecendo contatos com os governos municipais e estaduais; **2)** Em julho de 2004 ocorreu, em São Paulo, o lançamento da 1ª Conferência Estadual; **3)** a Comissão Organizadora da Conferência, definida na reunião anterior do CNPIR, seria formada por dez integrantes, cinco conselheiros, contemplando a diversidade dos grupos raciais representados no CNPIR e cinco membros da SEPPIR. Até aquele momento, a Comissão havia realizado três

168 reuniões; **4)** O Documento-Base da Conferência, elaborado pelo consultor da Comissão,
169 **Marcelo Paixão**, fora apresentado na primeira reunião da Comissão organizadora. A partir
170 daí fora construído calendário para discutir o seu conteúdo. Ao analisar a primeira versão,
171 concluiu-se que era necessário ampliar o conteúdo concernente a determinados povos. No
172 dia 28 de outubro, ocorreu outra reunião da Comissão e foram agregados mais dados.
173 Finalmente, no dia 3 de novembro, a Comissão organizadora fez o último debate sobre o
174 conteúdo do Documento-Base e o considerou muito denso, entretanto, optou-se por
175 aguardar as contribuições das Conferências Estaduais. Além disso, disse que seriam
176 disponibilizados cinco documentos anexos, a exemplo, dos Palestinos, Judeus, Ciganos; **5)**
177 será elaborada síntese do Documento-Base para dar suporte à Conferência; **6)** A comissão
178 organizadora responsabilizou-se por criar boletim permanente de comunicação sobre a
179 Conferência para que a sociedade se informe a respeito; **7)** O material de divulgação da
180 Conferência (folders e cartazes, com exceção do Regimento Interno que já estava no *site*
181 da SEPPIR), estariam prontos até 15 de novembro de 2004; **8)** a SEPPIR estava tomando
182 todas as providências para definir o grupo de apoio, conforme prevê o Regimento Interno,
183 com contratação de pessoal. Em breve, seria disponibilizado escritório, com toda infra-
184 estrutura necessária; **9)** Calendário das Conferências - necessidade de alteração, em
185 virtude do processo eleitoral e resultados do segundo turno: **9.1)** Estaduais: **a)** Goiás: 3 e 4
186 de dezembro de 2004; **b)** Mato Grosso do Sul: 9 e 10 de dezembro de 2004; e **c)** Alagoas:
187 10 e 11 de dezembro de 2004; **9.2)** Conferência Municipal: Recife: 4 a 6 de março de 2005;
188 **10)** Estado de São Paulo: a SEPPIR fez várias tratativas e havia promessa não confirmada
189 de realização de plenária no dia 10 de novembro de 2004; e **11)** subcomissões que deverão
190 ser composta por efetivos e suplentes: foram indicados nomes para as diversas
191 subcomissões. O seu nome (**João Carlos Nogueira**) fora indicado para participar da
192 subcomissão responsável por elaborar o Regimento da Conferência. As indicações seriam
193 avaliadas pela Comissão Organizadora. Prosseguindo, falou sobre o papel dos
194 Conselheiros na SEPPIR e na Conferência. Explicou essa questão fora amplamente
195 debatida e no dia anterior, 3 de novembro de 2004, o movimento negro realizara reunião
196 para discutir a relação com a SEPPIR, diante de fatos relacionados às Conferências
197 Estaduais e Municipais. Dentre os principais pontos discutidos na reunião, destacou:
198 necessidade de comunicação mais eficiente; a ausência de informações dificulta a atuação
199 dos conselheiros; necessidade de planilha, com todos os dados do ano, a ser entregue aos
200 conselheiros; papel político do CNPIR; importância de maior articulação e parceira com a
201 SEPPIR; necessidade de definição da política geral da SEPPIR (estratégia organizativa); e

o ano de 2005 deverá ser de grandes realizações em pelo menos duas áreas: rural e políticas urbanas. **ITEM 3 - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E DO GRUPO TEMÁTICO DE POPULAÇÕES QUILOMBOLAS** – Não foi possível debater esse item, devido à exigüidade de tempo e da ausência do responsável pela apresentação. Na seqüência, deu-se por encerrado o trabalho do primeiro dia de reunião. **ITEM 4 - INFORMES** – No segundo dia de reunião, foram apresentados os seguintes informes: **1)** A SEPPIR, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, estava tomando providências para instalar, em 2005, ouvidoria para receber denúncias de discriminação racial. **2)** Na área internacional no âmbito da OEA – Organização dos Estados Americanos, seriam julgados casos de racismo que não foram atendidos adequadamente pelo sistema judiciário brasileiro. Buscava-se firmar diálogo para encontrar outra solução, caso contrário, seria a primeira vez que um governo brasileiro seria condenado, embora os casos tenham acontecido há anos. **3)** A SEPPIR estava buscando construir com o Ministério Público de São Paulo campanha sobre a Responsabilidade Social das Empresas que Veiculam Anúncios de Emprego. **4)** O Sistema Interamericano não tem nenhum instrumento de combate ao racismo. Neste sentido, torna-se necessário buscar consenso entre os governos para elaborar tal documento. Apesar dos esforços do governo brasileiro, até aquele momento, somente fora possível definir consenso acerca da constituição de Relatoria Especial para Igualdade Racial no continente americano, dentro da OEA. Entretanto, já havia pressões internacionais para que nem isso ocorresse. Em dezembro, na Cumbre das Américas, o Presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** faria alusão à criação da Relatoria. Definido esse ponto, foi iniciada a discussão do item 5. **ITEM 5 - AGENDA DE TRABALHO DA SEPPIR E DO CNPIR PARA 2005** – A agenda de trabalho da SEPPIR para 2005 fora definida a partir dos seguintes eixos prioritários: **a)** Brasil quilombola; **b)** Inclusão e desenvolvimento econômico; **c)** Inclusão da população negra no sistema educacional; **d)** Saúde da população negra; **e)** Cultura negra; **f)** Combate à intolerância religiosa; **g)** CNPIR; **h)** Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR); **h)** Comunicação; **i)** Relações Internacionais e articulações jurídicas; e **j)** Capacitação de gestores. A agenda divide-se em ações diretas e ações estruturantes, sendo elas: **1)** ações diretas: Política para as comunidades tradicionais (quilombolas); continuidade dos atendimentos e ampliação; redefinição, com o IBGE, do número de quilombolas; diálogos entre as mulheres negras e indígenas para dar continuidade à Aliança de Parentesco iniciada na Conferência das Mulheres; GT indígena coordenado pela

236 Casa Civil; acompanhamento do *camping*, em Curitiba, chamado de "Núcleo de resgate da
237 cidadania" (ciganos); implementação, em parceria com a Radiobrás de programa com
238 "chamada de 30 segundos" sobre direito e cidadania cigana; reunião com lideranças
239 ciganas, em janeiro de 2005, para estimular a participação na Conferência;
240 desenvolvimento econômico e geração de renda envolvendo as comunidades tradicionais e
241 urbanas; sustentabilidade dos alunos cotistas; dentre outras; **2) ações estruturantes: FIPIR**
242 **(Municípios, Estados, União e DF); Relações internacionais: Zumbi + 10; Santiago + 5;**
243 **África; América do Sul na tentativa de criar uma Secretaria de Promoção da Igualdade**
244 **Racial no âmbito do Mercosul; Luta pela Convenção na OEA; Diálogo para construção pela**
245 **União Africana pela Diáspora; projetos imigrantes africanos; construção da ouvidoria;**
246 **revisão do sistema normativo brasileiro; comunicação e capacitação de gestores públicos**
247 **para implementação da transversalidade. Foram indicados os seguintes conselheiros**
248 **para compor a comissão de planejamento para 2005: Flávio Jorge (CONEN); Maria**
249 **Olívia Santa (UNEGRO); e Ernesto Luiz Pereira Filho (CNAB). Definido esse ponto, foi**
250 **apresentado informe sobre o Projeto "Campanha pela Diversidade". ITEM 6 –**
251 **PROJETO "CAMPANHA PELA DIVERSIDADE"** – O projeto seria elaborado em parceria
252 pela SEPPIR, Unesco e Petrobrás, tendo por objetivo levar a seguinte mensagem:
253 "Diversidade é um valor fundamental da democracia e da formação do nosso povo". A
254 SEPPIR contratou empresa para elaborar Campanha em defesa da diversidade e ser
255 veiculada nos meios de comunicação. A campanha foi encaminhada pela Secretaria de
256 Comunicação da Presidência da República e a peça estava pronta e teria a duração de dois
257 anos, sendo renovadas periodicamente. A primeira fase da campanha seria voltada para a
258 área do trabalho e a segunda trataria da diversidade étnico-racial. No dia 5 de novembro de
259 2004, a Rede Globo decidiu entrar na Campanha como um dos parceiros e a primeira
260 veiculação seria no dia 20 de novembro de 2004, em horário nobre. O CNPIR participaria
261 do projeto como um "conselho curador" da campanha e, para isso, foram eleitos cinco
262 representantes, contemplando a diversidade do próprio CNPIR, sendo eles: **Conselheira**
263 **Leci Brandão (Notório Saber); Conselheira Azelene Inácio Kaingáng (indígena); Emir**
264 **Mourad (palestinos); Ronald Siqueira Barbosa (ABERT) e Maria Olívia**
265 **Santana(UNEGRO). ENCERRAMENTO** – Nada mais havendo a tratar, a Ministra da
266 SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, encerrou os trabalhos da 5ª Reunião Ordinária do CNPIR.



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

MEMÓRIA DA 5ª SESSÃO DO CNPIR
Dias 14, 15 e 16 de Fevereiro de 2005

Pauta:

- 1 - Lançamento das atividades do Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
- 2 - Balanço Geral da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Ações do Governo Federal em 2004;
- 3 - Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Documento – Base; Calendário das Conferências Estaduais
- 4 – Encaminhamentos para 2005

Segunda-feira, 14 de fevereiro

A) Abertura da 5ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Apresentação dos Desafios e Perspectivas para 2005.

A Presidente do CNPIR, Ministra Matilde Ribeiro, fez uma breve exposição das principais ações executadas pela SEPPIR durante o ano de 2004. Ressaltou a iniciativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de instituir 2005 como **Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial**, por meio de decreto assinado em 31 de dezembro de 2004, e enfatizou que as ações, programas e projetos do ano de 2005 serão iniciados nesta data da reunião do CNPIR, 14/02/05, a partir das atividades de lançamento da proposta. A Presidente saudou todos conselheiros (as), especialmente os novos membros, que fizeram uma breve apresentação.



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

Considerando a necessidade de reunir a Comissão Organizadora da I CONAPIR no dia 15 de Fevereiro, antes do início da sessão do CNPIR, foi submetida à apreciação do grupo uma nova proposta de programação das atividades.

B) Manifesto de Apoio ao PROUNI – Programa Universidade Para Todos

A Presidente apresentou o processo de elaboração do “Manifesto de Apoio ao PROUNI – Programa Universidade para Todos” e “Reforma Universitária”¹, considerando o momento político e a agenda acertada com o Ministro da Educação, Tarso Genro. O Manifesto, a princípio, foi assinado pela SEPPIR e pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), organização que tem focado a sua atuação nas políticas de ações afirmativas, em especial, a política de cotas. Na oportunidade de encontro entre a ABPN e o Ministro Tarso Genro, foi entregue ao ministro um documento da entidade sobre a questão.

Os Conselheiros optaram por não assinar o Manifesto naquele momento, ponderando a necessidade de discutir com suas organizações seu conteúdo e a possibilidade de um debate mais aprofundado sobre o Prouni e a Reforma Universitária entre o grupo. Os conselheiros fizeram um convite ao Ministro Tarso Genro para um debate sobre os dois temas. O ministro aceitou o convite, ficando o encontro indicado para março/05 envolvendo o CNPIR e demais entidades sociais.

Passou a ser discutido o documento que foi entregue, no mesmo dia, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República em exercício, Jose Alencar Gomes da Silva, em audiência no Palácio do Planalto. O documento, elaborado pela SEPPIR e assinado pelo CNPIR, contextualizou as diversas ações e possibilidades em torno do **Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial** a partir de um balanço resumido das ações de 2003 e 2004. Foi relatado o processo de criação da SEPPIR e do CNPIR; a construção da

¹ Documentos em anexo.



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR); a estruturação do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR); o desenvolvimento da política internacional e a ênfase da política para a comunidade de quilombos através do Programa Brasil Quilombola. No que se refere às ações a serem desenvolvidas durante o ano de 2005, o documento destacou a realização da I CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial; a organização da Conferência Santiago + 5, enquanto prosseguimento a Conferência de Durban; e, os desafios do Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com grande mobilização para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, do Projeto de Lei sobre Cotas e a regularização fundiária dos territórios das comunidades quilombolas.

Em paralelo, foi realizada uma reunião com Artistas Negros (as) convidados para a audiência com o Presidente e para as festividades do lançamento do Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial.

Ainda no que se refere a audiência com o Presidente em exercício, a Presidente do CNPIR expôs o acordado com o Cerimonial do Palácio do Planalto: encaminhou-se aprovação da proposta que, além do convite para que **todos** os conselheiros participassem da audiência, sendo concedida a fala a uma Comissão de 5 pessoas para representar grupos raciais do CNPIR e mais uma pessoa representando os artistas negros (as). Assim, a Comissão foi constituída por: Azelene Kaingang (povos indígenas), Cláudio Iovanovitchi (povos ciganos), Emir Saleh Mourad (comunidade árabe-palestina), Anita Schuartz (comunidade judaica) Cleuza de Oliveira (população negra) e Luiz Pillar (artistas negros).

Após o retorno das atividades no Palácio do Planalto, os conselheiros e artistas foram encaminhados ao Minas Tênis Clube, para a celebração do Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A celebração foi composta de um jantar acompanhado por “Black Music” e diversas outras manifestações culturais, além da presença de artistas como Sandra de Sá, e a conselheira Leci Brandão. A comemoração reuniu cerca de 700 pessoas.



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

Terça-feira, 15 de Fevereiro

**A) Ações Transversais sobre a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial -
Exposição dos Ministérios**

Durante todo o dia, os representantes dos Ministérios integrantes do CNPIR desenvolveram exposições sobre as ações realizadas em 2004 que incidem na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. As apresentações foram feitas com recursos visuais, escritos, distribuição de material impresso e exposições orais. As pastas que apresentaram suas atividades foram: Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Casa Civil e Fundação Cultural Palmares (MinC). As exceções foram o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional.

Após as exposições, houve o debate entre os conselheiros, onde destacamos:

- A importância de um Balanço sobre as Ações do Governo: mesmo que exaustivas, é um exercício necessário dado o volume de ações realizadas e em andamento, muitas desconhecidas pelo conjunto do CNPIR.
- A aprovação pública à exposição do Ministério da Saúde: com unanimidade de elogios, os conselheiros percebem a construção e a consolidação de uma **política de Estado e não de Governo no que se refere a promoção da igualdade racial na área da saúde**. Exemplos concretos são a realização do Seminário Nacional de Saúde da População Negra e seus desdobramentos: inserção do recorte racial no Plano Nacional de Saúde, consolidação do Comitê Técnico de Saúde da População Negra, pois são ações de saúde com respeito às especificidades e diversidade no atendimento, etc. Algumas propostas foram feitas, como as



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

reivindicações do representante do povo cigano, que não se consideram incluídos nessa política, e comentários sobre a ameaça de morte ao ex-conselheiro Doutor Valcler Rangel Fernandes, hoje Secretário Municipal de Saúde em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Neste caso, foram feitas manifestações de solidariedade.

- A manifestação de elogios às ações implementadas pelo Ministério das Relações Exteriores, considerando área onde importantes consolidações políticas, democráticas e de monitoramento vem sendo executadas.
- A crítica à timidez de algumas ações do Ministério dos Esportes e do Meio Ambiente; e à falta de informações sobre o acesso aos recursos e projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia.
- A apresentação da necessidade de aprofundamento sobre a inclusão da perspectiva de promoção da igualdade racial no sistema de ensino.
- A divergência em relação à avaliação de que é baixa a execução das políticas sociais do Governo Federal.
- O questionamento quanto ao foco das ações dos diversos ministérios que, com raras exceções, estão voltados apenas para as comunidades quilombolas, sendo que a imensa maioria da população negra brasileira vive nos grandes centros urbanos. Nesse ponto foram destacados a necessidade de ampliação de ações nas áreas de segurança pública e direitos humanos; trabalho e geração de renda; juventude; moradia e saneamento básico; e mulheres negras.
- A importância da exposição realizada pela APRECI, que ressaltou um panorama da realidade social, cultural e histórica da população cigana, e a ausência do Estado na proposição de medidas e políticas sociais que favoreçam a inclusão desse segmento.
- As intervenções a importância da ampliação dos recursos orçamentários voltados para a implementação das ações, programas e projetos onde incide a Política Nacional de Promoção da igualdade Racial.



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

B) Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Reunião da Comissão Organizadora da Conferência Nacional – SEPPIR

Durante todo o dia, concomitante com a Exposição dos Ministérios, a Comissão Organizadora esteve reunida para discutir o documento base da Conferência Nacional. A nova redação do documento foi entregue aos conselheiros (as) presentes e, neste momento foi aprovado o encaminhamento de discussão do texto por todos os integrantes do CNPIR, e não apenas os integrantes da Comissão Organizadora da I CONAPIR.

Os reforços para essa posição estavam relacionados ao Decreto que convocou a I CONAPIR, onde o CNPIR passa a ser também responsável por todos os processos que envolvem a I CONAPIR. Assim, o grupo ressaltou o papel do CNPIR em discutir a partir da convocação dos conselheiros.

Após intensa discussão, a Presidente, apresentou proposta de encaminhamento ressaltando a importância e responsabilidade política do CNPIR no processo de convocação, construção e organização da I CONAPIR. Para fundamentar a proposta, foi feita exposição sobre o processo de elaboração do documento: tratou-se da primeira reunião da Comissão Organizadora; da contratação de consultoria; da análise e crítica da primeira versão do documento, considerada por unanimidade muito densa e pouco popular. Foi decidido pelos participantes da reunião que será disponibilizada a última versão do texto para os conselheiros, sendo que há a proposta de elaborar um documento próprio para o público participante das conferências. Em destaque, o desafio do Governo e da sociedade civil, em construir juntos novo documento, onde necessariamente, deve haver acordos e concessões de parte a parte, na medida em que é uma tarefa conjunta.

A presidente apresentou os principais tópicos de conteúdo, ressaltando a importância política que o documento expressa: os eixos temáticos da Conferência; um panorama das desigualdades raciais no Brasil; a dimensão histórica da discriminação racial no período



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

pós-abolição; as ações governamentais de promoção da igualdade racial no período recente e os desafios para os próximos períodos.

Assim, procedeu-se a discussão do texto, que teria sua versão final após a leitura feita pela Comissão Organizadora.

Quarta-feira, 16 de fevereiro

A) Continuidade: Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

O último dia da sessão do CNPIR foi dedicado à discussão da I CONAPIR. A primeira questão referiu-se ao encaminhamento da discussão em plenário do documento base, conforme acatado pelo Pleno no dia anterior da sessão.

✓ Documento-Base - A metodologia da condução dos debates

As propostas discutidas e aprovadas foram inseridas no documento, como nova redação do ponto, emendas, supressão do ponto ou de parte do texto, parágrafos e assim por diante, incluindo propostas de reformatação do texto a partir de uma sequência lógica dos assuntos.

✓ Questões Centrais e Pendências

- Adequação do texto à linguagem aprovada nos documentos resultantes da Conferência de Durban. Para tanto, foi proposto destaque dos pontos e inserção dos pontos referidos à Conferência de Durban.
- Revisão de todo o texto de acordo com essa lógica, com destaque para retirar do texto a terminologia afro-descendente e substituí-la por afro-brasileiro, etc.

✓ Calendário das Conferências Estaduais

A Presidente expôs o processo de organização da Conferência, coordenado pela SEPPIR e pelo CNPIR, destacando o adiamento da data inicial de 11, 12 e 13 de maio para o



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

período de 30 de junho, 01 e 02 de julho de 2005. Na justificativa ressaltou-se as mudanças decorridas após as eleições municipais e a alteração dos interlocutores dos Governos Estaduais. Destaque para a **consulta prévia** feita aos conselheiros (as) para aprovação da mudança da data, que teve resposta favorável com a proposição de aguardar a reunião do CNPIR para consolidar o processo e encaminhar a publicação do decreto. Como consequência, foi lembrado que todo este processo provocou mudança no calendário das Conferências Estaduais. Nova proposta foi apresentada e entregue aos conselheiros, salientando que, obviamente ainda haverá mudanças no calendário².

Em seguida foram reafirmados os eixos temáticos centrais da I CONAPIR. Também foi reafirmada a proposta de realização do **Painel Internacional sobre Ações Afirmativas e as Metas do Milênio**. Este painel contará com a presença de uma delegação internacional de representantes governamentais e não governamentais, convidada para participar como observadores da Conferência.

Discutiu-se a estrutura da organização da I CONAPIR e das Conferências Estaduais, ressaltando o papel dos eventos preparatórios regionais, estaduais e municipais, as Consultas Nacionais e as Plenárias/Audiências dos grupos étnico-raciais representados no CNPIR. Foi apresentada a estrutura organizativa, destacando as atribuições dos seguintes grupos: Comissão Organizadora Nacional, Comissões Estaduais, Coordenação Adjunta, Coordenadora Geral, Coordenação Regional interna a SEPPIR, contratação de consultores como coordenadores regionais, Grupo de apoio político e o Grupo de apoio Executivo. Em seguida o debate foi aberto ao Pleno do CNPIR e entre as questões colocadas e polêmicas, destacam-se as seguintes:

- Crítica ao ritmo do processo de organização da conferência, em especial as dificuldades de comunicação, problemas de interlocução com os governos estaduais.
- Dificuldades relacionadas com a interpretação do Regimento Interno, as dificuldades organizativas e de representação no interior das entidades dos movimentos sociais. Destaque para a necessidade de estabelecer urgentemente

² Documento em anexo



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

gestões com os movimentos sociais e a interlocução com o Governo desses estados.

- Importância da realização das Consultas/Plenárias/Audiências dos segmentos judeus, árabe-palestinos e ciganos, dentro da Conferência Nacional. Em contraposição argumentou-se que isso poderá esvaziar a interação com o conjunto do Movimento Negro e com a política de promoção da igualdade racial.
- Questionamento e pressão de conselheiros(as) propondo o aumento/suplementação do número de vagas para delegados (as) da sociedade civil. Foram insistentes as intervenções relacionadas a um ponto do Regimento Interno referente à proporcionalidade de delegados dos povos indígenas que cabe a estes estados. Isso implicava na alteração do Regimento Interno. Nesse ponto houve polêmica – contra e a favor a mudança no Regimento.

A conclusão foi pela não alteração do Regimento. A Comissão Organizadora deverá consultar a representação dos povos indígenas no Conselho sobre este ponto, fazer gestões políticas e acordos, enfim, pactuar para não gerar dúvidas, problemas e dificuldades políticas futuras na Conferência Nacional. Este ponto do Regimento deve ser debatido, novamente, na próxima reunião do CNPIR.

Encaminhamentos Finais e Pendências

✓ Questões gerais

- Em relação ao Manifesto de Apoio ao PROUNI: encaminhar a **realização de um debate** com o Ministro Tarso Genro e o CNPIR , com ampliação do debate para entidades não integrantes do CNPIR.
- A formulação proposta pela COPAL quanto ao tratamento da questão palestina, foi apontada a necessidade de mais diálogo e aprofundamento.
- Articulação de agenda da Presidente com a CONIB – Confederação Israelita Brasileira: A conselheira Anita Schuartz informou que a CONIB prepara uma homenagem para a Ministra entre os dias 7 a 10 de março. O Embaixador de Israel e outras autoridades estarão presentes e a comunidade judaica gostaria da



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

presença. O Secretário Adjunto comentou que fosse encaminhado ofício programação da agenda, na medida em que 8 de março, a agenda da Ministra poderia estar muito assoberbada. Os contatos são: CONIB – Confederação Israelita do Brasil – Falar com o Senhor Jack Perlows - Tel: (11) 3063 2852 – Fax: 3063 2854 - Email: conib.ida@uol.com.br - Anita Schuartz – (11) 3311 7300 – 3088 0111 - diretoria@unibes.org.br - acschuartz@uol.com.br

- Necessidade do parecer da Seppir quanto ao Projeto³ “Antigos Terreiros da Bahia - Patrimônio Primordial” encaminhado pelo Conselheiro Everaldo Duarte do INTECAB, recebido na última sessão do CNPIR em novembro de 2004 e encaminhado ao Gabinete e a Subplan/SEPPIR no dia 08 de novembro de 2004.

✓ **Desdobramentos do Balanço e Ações Transversais do Governo Federal**

- Apresentação do Balanço Geral pela SEPPIR: Publicação de um documento para informação dos Conselheiros (as) sistematizando o Balanço das Ações do Governo Federal em 2004, incluindo ações de todos os ministérios integrantes do CNPIR.
- Definição de um mecanismo para que os Ministérios informem ao CNPIR o processo de acesso aos programas e projetos. Exemplos destacados foram o acesso a editais e as informações sobre os recursos disponibilizados para projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia, para que sejam acessados pelas entidades da sociedade civil.
- Elaboração de manual, ou proposição de realização de um curso para orientação das entidades da sociedade civil, facilitando o acesso aos recursos disponíveis para projetos, via governo federal.
- Proposição de reunião em São Paulo com a participação das entidades do Movimento Negro e do CNPIR, para tratar do caso de racismo brasileiro que tramita na Organização dos Estados Americanos (OEA).
- Manifestação quanto a ameaça de morte do Ex-Conselheiro Valcler Rangel Fernandes, atual Secretário Municipal de Saúde de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

³ Protocolo 0041.000656/2004-8



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

✓ Conferência Nacional

- Consultar os povos indígenas sobre o ponto do Regimento Interno que trata das cotas dos povos indígenas e quilombolas. Elaborar novas propostas que possam resolver a polêmica instaurada no Conselho.
- Planejar uma **agenda urgente** aos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo para desenvolver uma concertação política entre os movimentos sociais e os Governos Estaduais para a organização das Conferências Estaduais.
- Definir o papel dos Conselheiros e a indicação dos nomes para as Subcomissões da Conferência Nacional.

Na Reunião do CNPIR realizada nos dias 3 e 4 de novembro de 2004, após a reunião das entidades do Movimento Negro, foi feita uma proposta de indicação por entidade para Subcomissões da Conferência Nacional. Também discutiram questões que ainda não haviam sido explicitadas como: o número de participantes por Subcomissão, sobre a participação dos suplentes e o caráter da Subcomissão: se aberta ou fechada. A sugestão apresentada foi de que cada Subcomissão tivesse 5 participantes, incluído a participação de conselheiros titulares e suplentes.

✓ Indicações:

1. **Relatoria** - Unegro – Articulação de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras – ABONG – Associação Brasileira de ONGS
2. **Comunicação**: Porta voz da Conferência para a Sociedade: Leci Brandão - Oliveira Silveira
3. **Articulação e Mobilização**: Fórum Nacional de Mulheres Negras – APNs – CNAB – CONEN
4. **Regimento e Regulamento**: Inspir
5. **Infra-estrutura**: Distrito Federal: Anceabra – João Bosco e ABPN – Nelson Inocêncio
 - Nos Estados onde não existem conselheiros caberá a Comissão Organizadora complementar as Comissões das Conferências Estaduais.



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

- **Observação:** Em sessão anterior, os nomes de Mônica Oliveira, Elaine Soares, se propuseram a integrar a Comissão de Relatoria.

✓ **Estrutura de representação do Conselho**

Elaborar e publicar no **DOU** uma **portaria** dispondo sobre a substituição dos seguintes Conselheiros:

1. Substituir Lídia Nunes Cunha, titular, e Henrique Cunha Junior, suplente, ambos da ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros por Nelson Fernando Inocêncio, titular, e Wilson Roberto de Matos, suplente. Corrigir o nome de Associação Nacional para Associação Brasileira.
2. Substituir Jack Leon Terpins, titular, da CONIB – Confederação Israelita Brasileira por Anita Schuartz.
3. Substituir Tatiane Emilia Camargo Iovanovitchi, suplente da APRECI – Associação de Preservação da Cultura Cigana, por Rodrigo Vinicius Soares Cardoso.
4. Incluir Oscar Luiz Piconez, suplente da ABERT – Associação Brasileira de Rádio e Televisão.
5. Verificar a definição do suplente da CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras e substituir Elizabeth Lima e Silva.
6. Analisar a possibilidade indicação de **duas suplências** para os representantes dos Ministérios no Conselho.
7. Publicar no DOU o Regimento do CNPIR.

✓ **Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – Metas Sociais Brasileiras**

Olhando para os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio com a finalidade de construção das Metas Sociais Brasileiras, o CNPIR deverá definir, sobre o seu ponto de vista, 01 objetivo, temas, metas e indicadores para alcançar este objetivo. O resultado desse trabalho deverá ser levado para a próxima reunião do Fórum dos Conselhos de Políticas Públicas Participativas que será realizada em março. Os contatos poderão ser realizados através da Senhora Adriana Santos - 411 2911 – 411 2897. (Ver Ata da última reunião do Fórum).



Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

5º Sessão Ordinária do CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – 14, 15 e 16 de Fevereiro de 2005
Local: Hotel ST. PAUL - Setor Hoteleiro Sul
Quadra 02 - Bloco H - Asa Sul - Brasília/DF - Fone: 2102-8400

Pauta:

- 1 - Lançamento das atividades do Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial**
- 2 - Balanço Geral da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Ações do Governo Federal em 2004;**
- 3 - Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Documento – Base; Calendário das Conferências Estaduais e Publicidade/Divulgação;**
- 4 – Encaminhamentos para 2005 - atividades gerais da SEPPIR e CNPIR;**

PROGRAMAÇÃO

14 de Fevereiro

9:30 às 14 horas – Reunião da Comissão Organizadora da Conferência Nacional – SEPPIR
9:30 às 14 horas - Reunião da Comissão de Planejamento do CNPIR – SEPPIR

14 às 17 horas – Abertura da 5º Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Apresentação dos Desafios e Perspectivas para 2005.

18 horas – Lançamento do Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Audiência com o Exmo Senhor Jose Alencar Gomes da Silva, Presidente da República em Exercício – Palácio do Planalto.

20 horas - Festa de lançamento do Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
Jantar Dançante - Black Music
Local: Minas Tênis Clube – SCEN – Trecho 01 Conjunto 06 – Brasília – DF

15 de Fevereiro

9 às 12:30 horas: Ações Transversais sobre a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Exposição dos Ministérios

14:00 às 16 horas – Debate e encaminhamentos para 2005

16:30 às 18:00 horas - Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Organização, Documento-Base, Calendário das Conferências Estaduais



Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

16 de Fevereiro

9 às 12 horas – Continuidade da discussão sobre a Conferência Nacional

14 às 17 horas – Encaminhamentos para 2005 – Encerramento